

A Constituinte

ESTREIAS DO DIA

Eles se cansaram de pedir atenção do plenário. E ninguém os ouvia.

Ao fazer sua estréia ontem, na tribuna, o deputado Florestan Fernandes (PT-SP) conseguiu, pela primeira vez, nestes dias iniciais da Constituinte, dar nível mais elevado aos discursos, citando Max Weber e Disraeli. Seu discurso, como de vários outros, ontem, foi para insistir na tese de que a Constituinte tem todos os poderes. No final da sessão, voltaram os temas econômicos, com os deputados Victor Faccioni, pela liderança do PDS, e Brandão Monteiro, pela liderança do PDT, notando haver "uma defasagem" entre o que a Constituinte está discutindo e o que se passa hoje no País.

Brandão Monteiro disse que os assuntos tratados no "pinga-fogo" da Constituinte — as breves comunicações de cinco minutos, sem apertados — nada tinham a ver com o que estava nas primeiras páginas dos jornais do dia: arrocho salarial, altas taxas de juros, queda dos índices de emprego, inflação, concordatas e até críticas ao Plano Cruzado e ao PMDB feitas por um ministro de Estado. Esse mesmo noticiário dos jornais foi também mencionado por Victor Faccioni, que concluiu: "Estamos vivendo já em pleno caos econômico, e a impressão é de que o governo e seus partidos perderam o controle da situação".

A sessão começou, como as anteriores, com atraso de meia hora, porque o senador Fábio Lucena (PMDB-AM) tem estado vigilante. Chega ao plenário sempre antes das 14 horas e, amparado nas normas provisórias, não deixa que os trabalhos sejam abertos sem o número mínimo em plenário: 94 constituintes. Esse número foi logo alcançado (na Casa, anunciara-se a presença de 384) e o plenário manteve-se concorrido até o final da sessão, às 17h30.

E começou a sessão com novas reclamações contra a imprensa. Desta vez, por parte do deputado José Tavares (PMDB-PR), que não gostou de noticiário da Veja sobre jêtons. Alceni Guerra (PFL-PR) culpou o "imobilismo da Mesa" por estar a imprensa, a seu ver, dando a impressão de que os constituintes não estão trabalhando. Ulysses Guimarães respondeu estar já "diligenciando" a criação de uma secretaria de Divulgação. "Um número avultado de empresas de rádio e televisão" — disse — "diga-nos oficiais, se associarão, sem maiores dificuldades, a um esforço de divulgação dos nossos trabalhos".

Seguiram-se vários discursos em favor da "soberania" da Constituinte. José Genoino (PT-SP) quer a publicação, no Diário da Assembleia Nacional, das várias propostas de decisões preliminares, para que todos delas tenham conhecimento. Vivaldo Barbosa (PDT-RJ) sustentou que a emenda 26 "exauriu-se com a convocação da Constituinte", sendo "inconstitucional" a sua inclusão no Congresso Nacional. Florestan Fernandes, apresentando-se como "talvez o mais velho calouro" (66 anos de idade), afirmou ter a Nova República nascido de "um parto da ditadura" e herdado "uma ordem jurídica ilegal", um "Frankstein constitucional", que, a seu ver, não pode ser respeitado. Para ele, a ruptura, que ia dar-se com a posse de Tancredo Neves, se dará agora com a Constituinte.

Houve mais algumas estréias. Entre outras, a do deputado mais votado de Brasília, Valmir Campelo (PFL), que afirmou não ser a cidade "uma ilha da fantasia" e pediu eleição para governador: e a de Gumercindo Milhonen (PT-SP), que passou quase todo o tempo reclamando da desatenção do plenário. Ele começou: "Srs. constituintes...". Depois desabafou: "Não estou acostumado a tanta falta de atenção". Mas de nada adiantou. O plenário continuou mergulhado nas conversas simultâneas de pequenos grupos. "Ele ainda não sabe" — observou um deputado — "que daquela tribuna não se fala para o plenário, mas para a Nação".



O deputado José Tavares foi dos que só criticou a imprensa

Os reis estão de volta, nestas cabeças.



Quase cem anos depois de proclamada a República, surge agora, na Constituinte, uma voz em defesa da monarquia. Trata-se do deputado Cunha Bueno (foto) do PDS-SP, que quer ver esse assunto discutido "sem preconceitos". "Não imagino a volta ao anterior regime monárquico brasileiro, tal como era. Penso numa monarquia moderna, parlamentar, a exemplo das que têm funcionando, com pleno êxito, na Inglaterra, Bélgica, Holanda, Dinamarca, Suécia, Japão e especialmente na Espanha." A proposta, no entanto, foi recebida com gargalhadas na reunião do PMDB que escolhia o novo líder da bancada. Aproveitando a ocasião, Miro Teixeira (RJ) comentou: "Difícil vai ser a escolha do bobo da Corte".

Cunha Bueno porém, justificou sua proposta. "É tempo de repensar a República, porque desde 1926, um só presidente civil, Juscelino Kubitschek, conseguiu concluir o mandato." As crises políticas se sucedem, a seu ver, e não vão acabar nem sob um siste-

ma parlamentarista "se houver um presidente eleito por 70 milhões de eleitores".

No Rio, o herdeiro presuntivo do trono, o príncipe d. Pedro Gastão de Orleans e Bragança, lembrou que "a monarquia permitiu toda a propaganda em favor da República, sem qualquer perseguição". Por isso, disse o herdeiro da família imperial brasileira, "acho justo que a República pague com a mesma moeda ao regime que tantas glórias deu ao Brasil".

Já o deputado João Hermann não se fez de rogado: "Sou candidato a d. João VII", enquanto o líder do PMDB, Pimenta da Veiga, mostrava-se escandalizado: "Não combina com a era da informática". Sem sorrir, Eydio Ferreira Lima disse que a proposta era "uma insanidade". Bonifácio de Andrada (PDS-MG) afirmou, por sua vez, que ajudou Cunha Bueno a formalizar a proposta, enquanto um peemedebista que pediu para não ser identificado disse: "Se o dr. Ulysses souber disso vai querer ser candidato a rei".

O Nordeste arma sua bancada. Quórum? Médio



Surgiu ontem, na Assembleia Nacional Constituinte, o Bloco Parlamentar do Nordeste, agrupamento suprapartidário para atuar, a nível conjuntural e estrutural, na defesa dos interesses da região, segundo um de seus idealizadores, deputado Lúcio Alcântara (PFL-CE).

"O bloco terá, no plano conjuntural, sua atenção voltada para os problemas gerados pela estagnação, para a política agrícola e os incentivos fiscais. Do ponto de vista estrutural pretende elaborar uma proposta nordestina para a Carta Magna", explica ele. Segundo Alcântara "ainda não há decisões. Uns querem inserir na Constituição dispositivo sobre percentual orçamentário, a ser investido na região, como na de 1946. Outros

querem regionalizar o orçamento da União e das empresas estatais. Há quem fale da aplicação de recursos da região, conforme a população da área. Vamos procurar chegar à elaboração de proposta única da bancada".

A primeira reunião do Bloco Parlamentar do Nordeste, foi realizada na Comissão do Interior da Câmara, e começou com o comparecimento de 40 deputados.

Terminou, porém com a presença de apenas uma dúzia, sem resolver nada, esvaziada que foi pela realização de reuniões simultâneas das bancadas do PMDB para eleger seu novo líder e do PFL para discutir o Regimento da Assembleia Nacional Constituinte.

E já culpam Ulysses pela crise política

A conversa telefônica que o presidente do PMDB, Ulysses Guimarães, manteve anteontem com o governador Franco Montoro a respeito de sua disposição de deixar o cargo em tempo hábil não foi o suficiente para acalmar os ânimos dos que insistem na saída de Ulysses. Ontem, o senador José Richa (PMDB-PR) foi ao presidente Sarney reclamar que a culpa do distanciamiento do PMDB e do governo — a seu ver causador da atual crise política — se deve à má articulação da cúpula do partido. E criticou Ulysses, que acumulou três presidências (do PMDB, da Câmara e da Constituinte) "e não tem tempo para mais nada". Tom semelhante foi usado pelo ministro da Administração, Aluisio Alves.

Richa disse estar expressando uma convicção pessoal e aproveitou para comunicar ao presidente Sarney que não está pleiteando a presidência do PMDB. "Nem sou candidato a nada nem estou formando uma articulação para depor o dr. Ulysses", afirmou, acrescentando que tem na figura do presidente do partido "o meu eterno candidato à presidência da República".

O presidente Sarney, no entanto, não fez comentários, segundo Richa. Em Belo Horizonte, o ministro Aluisio Alves justificou que com o licenciamento de Ulysses da presidência do PMDB ele terá mais condições de dedicar-se à Constituinte.

Camata: pessimista com a lentidão.

O ex-governador Gerson Camata, eleito senador pelo Espírito Santo, não está muito otimista com os trabalhos iniciais da Constituinte e observa que sua experiência de quatro anos no Executivo ajudou a perceber algumas deficiências do Legislativo, as quais pretende combater agora, mesmo que isso implique em incompreensões por parte dos colegas. "Estamos aqui há cinco dias discutindo um regimento provisório para os trabalhos constituintes. Imagine-se um governador ou um presidente, diante de um problema a exigir sua decisão, poderia esperar cinco dias para adotá-las", afirmou ontem Camata, do lado de fora do plenário.

O senador capixaba afirma ser contra o decreto-lei, mas acha que uma forma intermediária deve ser estudada, pois há ocasiões em que o Executivo precisa decidir com rapidez, e os assuntos muitas vezes são postergados em manobras regimentais no Congresso, além disso há o recasso de três meses por ano, que Camata considera exagerado. O senador acha também que o Legislativo perde muito tempo com discursos sem importância, tal como tem acontecido com a sessão de pinga-fogo incluída na Constituinte. Quando faz tais observações, alguns colegas podem não compreender, mas se o Legislativo não se modernizar ficará cada vez mais superado, diz o senador.

Jornal da Constituinte

Embora, em tese, a aprovação da proposta de ampliação da soberania da Constituinte reduza os poderes do Executivo, inclusive o seu como ministro da Aeronáutica, o brigadeiro Moreira Lima prefere não dar palpites sobre o assunto, porque o momento "não é psicologicamente positivo". Para o ministro "os parlamentares soberanos. Estamos na defensiva e não devemos nos antecipar a dizer o que pensamos quanto ao que estão fazendo, hoje, ou sobre o que queremos quanto ao nosso papel constitucional, que não chegou sequer a ser discutido".

O senador Mário Covas (PMDB-SP) quer assegurar a apresentação de propostas ao projeto de Constituição pelos cidadãos brasileiros, desde que subscritas por mais de 30 mil pessoas em

listas organizadas por pelo menos três entidades associativas. A emenda de Covas foi subscrita pelos deputados Plínio de Arruda Sampaio (PT-SP) e Brandão Monteiro (PDT-RJ).

Um grupo de senadores e deputados católicos eleitos para a Constituinte reúne-se amanhã e sábado no Centro de Estudos e Formação do Sumaré, numa promoção da Arquidiocese do Rio. O encontro será aberto pelo cardeal Eugênio Sales e discutirá os desafios que os "constituintes católicos enfrentarão na defesa dos grandes princípios e valores cristãos". O encontro terá duas partes: na primeira a Igreja apresenta a sua doutrina e, na segunda, os leigos constituintes católicos examinarão como poderão atuar de acordo com o catolicismo na elaboração da Carta Magna.

Lobby "santo"? É a CNBB na Constituinte.

Já está sendo conhecido como "Lobby santo" a intensa movimentação da CNBB para acompanhar e divulgar através de uma cadeia de rádios católicas a discussão de temas polêmicos, que interessam mais diretamente à Igreja, como aborto, educação, família, reforma agrária e minorias, entre outras. Até uma agência de notícias, a "ANA" — Agência de Notícias Alternativa — já foi criada para transmitir boletins diários que darão destaque aos principais temas em discussão. Os primeiros já divulgados denunciam as manobras do Executivo para influir nas decisões do Congresso, chamam atenção para os riscos enfrentados pela Constituinte de ser atropelada pela discussão conjuntural e de acabar delatando uma crise institucional; e também da necessidade de se garantir a soberania da Constituinte.

Uma comissão de acompanhamento à constituinte e um grupo executivo, este último integrado por leigos e um parlamentar, o deputado Plínio de Arruda Sampaio (PT-SP) já estão em plena atividade e se reunirão hoje à noite, em Brasília, para traçar a estratégia política que a Igreja pretende adotar a fim de evitar desgastes em seu trabalho durante a elaboração da nova Carta. A Igreja está preocupada em não repassar uma imagem de intersetividade no tratamento de algumas questões, como o aborto e direito à vida.

O regimento definitivo já tem 367 emendas

O anteprojeto de regimento interno definitivo para a Assembleia Nacional Constituinte recebeu já 367 emendas — sendo 195 somente ontem —, representando mais de mil propostas, uma vez que muitas emendas procuram aclarar vários pontos do mesmo anteprojeto. A preocupação em diminuir o espaço gratuito no rádio e na televisão para a divulgação dos trabalhos constituintes — evitando com isso um maior desgaste dos parlamentares — voltou a dominar a discussão ontem.

O próprio relator das emendas, o líder do PMDB no Senado, Fernando Henrique Cardoso, adiantou que há uma tendência de negociação em torno desse espaço no rádio e na TV, que o anteprojeto estipulou em 90 minutos diários (sendo 15 pela manhã, 15 à tarde e 60 minutos no fim da noite). Fernando Henrique sustenta que a solução deve ser aquela que evite embaraços para as emissoras, sem representar uma imposição da Constituinte.

Em entrevista, Fernando Henrique destacou a tendência — predominante — nas emendas propostas, relativa ao aumento do número de comissões técnicas destinadas a elaborar a nova Constituição. No seu entender, cinco comissões seriam insuficientes, porque cada uma precisaria colocar no mínimo 100 constituintes; o que dificultaria o trabalho. O prazo de entrega de emendas termina hoje, ao final da sessão, prevista para às 18 horas.

Freitas Nobre



Nos bastidores, um (duro) trabalho, que ninguém vê.

A população estranha o plenário vazio da Constituinte logo nos primeiros dias de fevereiro, quando o normal seria a presença maciça dos representantes do povo eleitos em 15 de novembro.

As televisões e os jornais destacam, em matérias ilustradas com filmes e fotografias, a repetição da legislatura anterior com as sessões de sextas-feiras terminando por falta de quórum.

Vale lembrar, porém, que a movimentação dos bastidores é intensa, embora sejam poucos os que têm acesso a esses entendimentos.

Assim, o regimento prévio para o funcionamento até o dia 24 do corrente foi distribuído aos parlamentares já preparado, sem que houvesse, nas diversas bancadas, qualquer debate em torno do seu texto, embora fossem apresentadas 72 emendas.

Aprovado esse regimento provisório, já o grupo de deputados encarregado de preparar o texto do anteprojeto do Regimento definitivo, com o qual a Constituinte funcionará até a promulgação da nova Carta, entregou o anteprojeto ao presidente da Câmara, que mandou imprimi-lo e distribuir, tendo recebido cerca de 100 emendas no prazo que terminou sábado passado, dia 7.

Biblioteca: Local Reservado

Mas, enquanto os constituintes aguardavam a oportunidade de examinar o projeto de Regimento, seja o provisório, seja o definitivo, sucediam-se nos bastidores as reuniões das cúpulas partidárias.

Foram dezenas de encontros reservados. Alguns deles nas salas de liderança, nos apartamentos de alguns deputados e, finalmente, na residência do presidente da Constituinte, Ulysses Guimarães.

As bancadas partidárias não se reuniram para o exame dos projetos de Regimento, mas seus líderes mantiveram contatos com a direção da Mesa da Constituinte e com os dirigentes de partidos.

Dirigentes partidários que integram a Aliança Democrática mantiveram, também, contatos constantes com o presidente Sarney, especialmente após a reunião da bancada peemedebista que em sua quase unanimidade havia proposto a Constituinte exclusiva.

Como o presidente Sarney fosse alertado de que essa proposta, estranhamente aprova-

da pela sua quase unanimidade, com a defesa feita pelo líder Pimenta da Veiga, representava um golpe e podia estimular um contragolpe, novas reuniões das cúpulas se sucederam em Brasília, madrugada adentro.

A massa de constituintes, porém, não teve conhecimento sendo por referências indiretas dessas reuniões e de suas conclusões que acabaram levando a própria bancada do PMDB a reaver sua posição, não em reunião pública, mas em consequência de um trabalho pessoal realizado pelos que foram despertados para os efeitos dessa medida. Seus líderes e dirigentes reafirmaram suas posições.

Neste período inicial da Constituinte, o local mais reservado da Câmara para essas reuniões — a Biblioteca — não foi utilizado.

Outros locais foram escolhidos, porém deixaram os participantes mais perto dos repórteres.

A Biblioteca, realmente, está marcada pela preferência para esses encontros e reuniões, até porque numa Casa pela qual circulam em dias normais nada menos que 10 mil pessoas, é mais fácil reunir-se ali do que na residência do presidente da Câmara, sempre na marcação dos jornalistas.

Um deputado falava ao ouvido do outro: "As tantas horas na Biblioteca. Cada um deles saía isoladamente e, na hora determinada, lá se encontravam 5, 6 ou mais participantes. Às vezes, apenas dois ou três.

Parecia uma articulação de organização secreta.

Frequentada por estudiosos, professores, estudantes e populares, a Biblioteca raramente recebe a visita de parlamentares e, mais raramente, para consulta ou leitura de algum livro.

Disse, mesmo, de um deputado que ocupou posto de importância já na Nova República, e que ao cruzar o corredor que leva à Biblioteca, deparou-se com um colega que o aconselhou a ler um livro, ao que ele redarguiu:

- Qual livro?
- A resposta rápida:
- Um livro qualquer...

Com uma riqueza extraordinária de volumes, alguns deles raríssimos, que vieram da velha sede no Rio de Janeiro, a Biblioteca está absolutamente atualizada com jornais, revistas e livros importados sobre as matérias mais diversas.

Há ali algumas salas reservadas com mesas e máquinas de escrever e uma delas para pequenas reuniões de até 20 pessoas.

Quando a conversa é a dois, basta uma das salas pequenas.

Quando a reunião é maior, apela-se para a sala grande.

Tancredo, Pedroso Horta, Thales Ramalho, Ulysses Guimarães, Nélaon Marchesan, foram frequentes assíduos.

Mas a falta do ar-condicionado no calor

das duas últimas semanas em Brasília, espantou os dirigentes e líderes.

Nem mesmo os dois gabinetes conjugados que Ulysses Guimarães tem no 2º andar no Anexo IV, a que têm direito os ex-presidentes da Câmara, ou os do PMDB no andar térreo, foram utilizados para os entendimentos em torno dos projetos de Regimento.

Blocos de partidos

O chamado bloco progressista andou reunindo seus líderes e estimulando contatos. Nesses contatos ou reuniões, as presenças mais constantes foram as de Lula, Fernando Lyra, Chico Pinto, Brandão Monteiro, Lysáneas Maciel, Cristina Tavares e Raquel Cândido, esta do PFL de Roraima.

Chico Pinto e Fernando Lyra tinham um gosto maior para as reuniões do Anexo I da Câmara que compõe com o Anexo do Senado, um H arquitetônico, pois há uma passagem entre os dois blocos que já serviu de restaurante, agora desativado.

Em salas de um dos seus 26 andares, algumas vezes se reúnem deputados para compor as chapas das diversas Associações Interparlamentares que promovem as viagens de intercâmbio internacional e que fazem suas eleições periodicamente. Aliás, quase sempre, no período do recasso, para não despertar ou estimular reivindicações. Também entidades como o Grupo Parlamentar Cristão, o Grupo de Maçons, os que disputam a direção do Instituto de Previdência dos Congressistas, que é o organismo privado de previdência dos funcionários e parlamentares, ou a direção do Clube do Congresso que mantém uma sede social e um clube de campo às margens do Lago.

Brandão Monteiro, líder do PDT, não esconde a existência do bloco progressista que se exercitaria em pontos concretos e determinados e conforme as circunstâncias.

Fernando Lyra se movimentou nos contatos pessoais e telefônicos, dando a impressão de que pretende estruturar-se numa posição independente e reveladora de planos arrojados.

Os demais procuram desvincular qualquer pretensão de liderança do grupo, preferindo fixar teses e posições relativamente a pontos determinados a serem discutidos e votados na Constituinte.

O PCB, segundo seu líder, deputado Roberto Freire, é pela constituição de uma Frente Democrática que provavelmente estaria mais aliada ao governo do que ao bloco de progressistas.

A reação aos blocos é acentuada junto às direções e lideranças partidárias que temem o desgaste de autoridade, a perda de controle das bancadas respectivas e o natural enfraquecimento dos partidos.

De uma maneira geral, os constituintes reclamam maior liberdade de ação, de pala-

tra e voto na Constituinte. Lembram que os temas polêmicos os colocam em posições divergentes e até mesmo em choque com os respectivos programas partidários. Entre estes temas, o voto distrital, a pena de morte, o aborto, a eutanásia, o mandato do presidente Sarney, a emenda parlamentarista. Mas, se o bloco progressista se organiza, também os conservadores articulam-se para os debates e para a escolha dos integrantes das comissões e subcomissões da Constituinte.

Especialmente nas comissões e subcomissões responsáveis pelos assuntos mais polêmicos é que a disputa será mais acirrada.

O próprio presidente Sarney de forma indireta vai-se fortalecendo nos contatos pessoais com os parlamentares constituintes, praticamente formando seu bloco, sem qualificação. Seu desejo é o de manter esse grupo reservado, sem aparição ostensiva. O alinhamento começou com o telegrama pessoal, poucos dias antes da eleição, aos que eram considerados vitoriosos, segundo levantamentos do SNI. Alguns parlamentares como Israel Dias Novais, Paulo Zorzur, Márcio Santilli, Armando Pinheiro, Aírton Soares, Gastone Rigbi chegaram a divulgar esse telegrama como publicidade de campanha.

As preocupações com os blocos crescem, temendo-se em Brasília que venham a predominar determinadas posições lesivas ao processo da transição democrática.

Os integrantes da esquerda se descobrem. Alguns se classificam de centro-esquerda. Entre os conservadores, reforçados pela representação da UDR e por empresários, industriais, comerciantes, profissionais liberais ligados a determinadas áreas produtoras, é comum a auto-designação de centro-direita, ocultando a sua verdadeira identificação.

Os debates já se acentuam com a discussão e notação do texto definitivo do Regimento da Constituinte, a partir da organização das comissões. O projeto prevê a criação de cinco, mas a tendência expressa nas emendas, é de um número maior, talvez 10 ou 11 comissões. O objetivo é ampliar a participação dos constituintes.

Isto, apesar de terem os líderes do PMDB, PFL, PDT, PL, PMD, PDS, PTB, PT, PCB, PC do B, PDC subscrito o projeto de Regimento definitivo com seus 67 artigos. Nenhum deles assinou com restrição o texto levado ao plenário.

O projeto subscrito, assim, por todas as lideranças, (art. 66, § 3º) prevê a publicação diária "nos grandes jornais das capitais de matéria sobre a Constituinte". Não faz menção sobre concorrência pública. Provavelmente, a matéria a ser divulgada não será matéria de interesse jornalístico, porque esta será coberta pelo noticiário regular. O texto cita a "súmula dos trabalhos constituintes", dando a impressão de que visa a publicidade da matéria secundária, porque a essencial não deixará de ser divulgada pelos órgãos de comunicação em geral.

Igualmente, os líderes subscreveram a determinação (art. 66, § 1º), de divulgação nos dias úteis, pelo rádio e televisão, de 15 minutos para os períodos da manhã e da tarde, e de uma hora à noite.

Alguns desses líderes e vários deputados, isoladamente, já estão examinando o tempo que lhes parece longo e que já está provocando reação das emissoras, as quais, embora sujeitas às regras das concessões de serviço público, pleiteiam ressarcimento dessa utilização do espaço diário.

Outra situação curiosa do projeto que está sendo motivo de discussão é o fato de ter o artigo 67 disposto que os casos omissos serão resolvidos pelo Regimento da Câmara e não pelo Regimento Comum do Congresso, o que seria mais lógico.

Sendo seu Regimento instrumento essencial para o seu funcionamento, somente dia 25, com sua redação final aprovada, com seu texto emendado em vários artigos, conforme se constata dos comentários, é que a Constituinte estará se atinando com suas comissões e subcomissões.

A partir daí, queiram ou não os partidos, estarão em efervescência os blocos de grupos constituintes — embriões de futuras legendas — que não se consideram suprapartidários, mas que preferirão caracterizar-se como apartidárias. Sustentam que na representação popular para redigir a Carta Constitucional não são escarros dos programas de suas legendas, mas dos compromissos assumidos sobre temas determinados que envolvem questões de consciência e de convicção filosófica, política e religiosa.

O plenário da Constituinte, mostrado vazio logo nos primeiros dias de trabalho, mesmo terça, quarta ou quintas-feiras, contrasta com os esconderijos da Câmara, especialmente os mais secretos como a Biblioteca, onde se encontram as cúpulas predelimitando as questões que serão levadas ao conjunto da representação popular como um prato feito, pois a assinatura dos líderes de todas as bancadas é a garantia de sua aprovação, provavelmente sem emendas ou com o mínimo de alterações do texto.

Video-Phone

Pedidos: 2ª a dom. até 19h.

Fitas a Domicílio

Para toda a cidade de SP